

	<b>Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana</b>
	<b>Data:</b> ____/____/____ <b>Turma:</b> _____
	<b>Aluno:</b> _____
	<b>Professor: Manuel Antonio</b>
	<b>Disciplina: Sociologia</b>

## 12ª Lista de Exercícios – Democracia e Autoritarismo

### 1. (Enem 2010) Judiciário contribuiu com ditadura no Chile, diz Juiz Guzman Tapia

As cortes de apelação rejeitaram mais de 10 mil *habeas corpus* nos casos das pessoas desaparecidas. Nos tribunais militares, todas as causas foram concluídas com suspensões temporárias ou definitivas, e os desaparecimentos políticos tiveram apenas trâmite formal na Justiça. Assim, o Poder Judiciário contribuiu para que os agentes estatais ficassem impunes.

Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>.

Acesso em: 20 jul. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, durante a ditadura chilena na década de 1970, a relação entre os poderes Executivo e Judiciário caracterizava-se pela

- preservação da autonomia institucional entre os poderes.
- valorização da atuação independente de alguns juízes.
- manutenção da interferência jurídica nos atos executivos.
- transferência das funções dos juízes para o chefe de Estado.
- subordinação do poder judiciário aos interesses políticos dominantes.

2. (Ufu 2015) A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 16 de maio de 2012 com o objetivo de trazer à tona os crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos 1946 e 1988, em especial durante a Ditadura Civil-Militar. Entre esses crimes se destacam a detenção ilegal ou arbitrária, a tortura, a execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e, por fim, o desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Tal como aponta seu relatório publicado em dezembro de 2014, a CNV situou o Brasil entre as dezenas de países que

[...] criaram uma comissão da verdade para lidar com o legado de graves violações de direitos humanos. Com a significativa presença que detém no cenário internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro de que o aperfeiçoamento da democracia não prescinde do tratamento do passado fortalece a percepção de que sobram no mundo cada vez menos espaços para a impunidade.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 22 fev. 2015.

O que justifica a criação de uma comissão com a natureza da CNV é a necessidade de:

- Reforçar o conteúdo da lei de anistia (nº 6683/1979), que traz o perdão aos crimes políticos e conexos, dispensando das obrigações legais os que resistiram e os que torturaram.
- Combater a impunidade e revelar os crimes contra a humanidade para que deles não se esqueça e para que nunca mais se repitam.
- Reestabelecer a harmonia social a partir do perdão bilateral entre os que combateram durante a Ditadura, sem atribuir culpa ou instigar o revanchismo.
- Virar uma página da história brasileira, aproveitando as instituições que tiveram vigência no período da Ditadura,

pois contribuíram decisivamente para aperfeiçoar nossa democracia.

### 3. (Uema 2015) Sobre o sentido da ditadura militar brasileira, Octavio Ianni faz a seguinte análise:

“O que está em questão, no período da ditadura militar, é a ostensiva entrada de militares no processo político e no aparelho estatal, de modo a realizar uma eficaz recuperação do Estado burguês em crise. Trata-se de instaurar, por via militar, as condições de ‘ordem e progresso’, ou ‘segurança e desenvolvimento’, que as burguesias não estavam em condições de criar por meio dos partidos. Diante do ascenso político do povo, de operários e camponeses, funcionários e empresários, estudantes e intelectuais, as burguesias nacional e estrangeira apelaram a determinados setores militares, policiais, da Igreja, latifundiários e outros, para quebrar a mesma ordem constitucional burguesa que as lutas de classe estavam fazendo avançar. Diante do ascenso político do povo, no sentido de fazer avançar a democracia, a grande burguesia prefere destruir inclusive as poucas conquistas democrático-burguesas alcançadas em 1946-64: voto secreto, partidos, *habeas corpus*, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e discussão.”

Fonte: IANNI, Octavio. Populismo e militarismo. In: *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.289.

Segundo o texto acima, o golpe militar de 1964, no Brasil, resultou de

- parceria entre militares e burguesia, sendo, portanto, civil e militar.
- fortalecimento da política constitucional brasileira, alcançada em 1946-64.
- manutenção da segurança e o desenvolvimento econômico do operariado.
- comprometimento das elites econômicas com o avanço da democracia radical.
- desejo da cúpula militar na ascensão política do povo excluído.

### 4. (Interbits 2012) Leia.

A gente pensa que autoritarismo é um fenômeno no aparelho de Estado, que é a ditadura. Autoritarismo é um fenômeno social, e a sociedade brasileira é autoritária. Ela é vertical, hierarquizada, oligárquica. Ela transforma todas as diferenças em desigualdades e naturaliza as desigualdades. Ela opera com a discriminação e o preconceito de classe, a discriminação e o preconceito religioso, a discriminação e o preconceito de sexo, a discriminação e o preconceito profissional e a discriminação e o preconceito racial.

CHAUÍ, Marilena. *Informação verbal obtida no debate "A Ascensão Conservadora em São Paulo"*, em 28 de agosto de 2012, na USP.

A fala acima, de Marilena Chauí, apresenta a visão de que a sociedade brasileira é autoritária, devido à forma como naturaliza as desigualdades. Essa naturalização das desigualdades pode ser considerada como:

- causa da intolerância religiosa. A naturalização das desigualdades estimula o ódio religioso entre islâmicos e católicos na região amazônica.
- efeito do relativismo. O relativismo cultural faz com que as desigualdades sejam consideradas como simples diferenças entre um sistema cultural e outro.
- efeito da ideologia em uma sociedade capitalista. A ideologia naturaliza as diferenças de classe e as desigualdades, fazendo como que as pessoas não percebam o sistema opressivo em que se inserem.

- d) produto da ditadura. A sociedade brasileira é uma democracia recente e interessada no retorno dos militares ao poder político.
- e) efeito do progresso. É natural que todo Estado Soberano seja também autoritário.

5. (Unimontes 2012)



“Ame-o ou deixe-o. Nós amamos”.

Anúncio da petroleira Texaco em comemoração ao Dia da Pátria de 1970, com o lema do governo militar.

Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estado/2010/09/07/ame-o-ou-deixe-o/> Acesso em: agosto de 2011.

No início dos anos 70, no Brasil, quando estava havendo uma intensa repressão a movimentos sociais, partidos e grupos políticos, armados ou não, o governo Médici, utilizando-se da campanha vitoriosa do tricampeonato de futebol e de uma política econômica momentaneamente favorável, conseguiu, durante algum tempo, manter a imagem de que o país era uma maravilha, que a maioria da população pensava a mesma coisa (“noventa milhões em ação”), inculcando a ideia de que aqueles que não estivessem contentes deveriam ir embora do país (“Brasil – ame-o ou deixe-o”). (TOMAZI, Nelson D. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1997. Adaptado.)

Considerando o texto e seus conhecimentos sobre as relações Estado, sociedade e democracia no Brasil, julgue as afirmativas a seguir:

- I. Por meio de uma intensa propaganda ideológica, foi possível, por algum tempo, manter os brasileiros em geral convencidos de que viviam num país excepcional e que grande parte da população vivia bem.
- II. Nas escolas, foram introduzidas disciplinas cujos conteúdos procuraram inculcar determinados conteúdos, valores e normas que visavam disciplinar e despolitizar o estudante, impossibilitando-o de ter uma visão crítica da realidade em que vivia.
- III. A classe política dirigente nessa época propunha, no discurso e nas ideias, um empenho de toda a sociedade em direção à modernização do país, ao mesmo tempo em que se esforçava para a despolitização e desmobilização da sociedade.
- IV. O lema da ditadura militar, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, propunha que qualquer um que criticasse o governo militar deveria sair ou ser retirado do país. Esse slogan ajudou a justificar prisões ilegais, torturas e extradições.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

6. (Ufu 1999) “Dificilmente o governante autocrata de um regime ditatorial chama a si mesmo de ditador ou permite que o chamem assim.”

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.115.

Assinale os possíveis significados da palavra “ditadura”.

- I. Forma de Governo que apresenta as seguintes características: a) uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas controla, de maneira democrática, todas as instituições sociais; b) refreada por lei constitucional; c) total liberdade de opinião e pensamento.
  - II. O termo refere-se a uma única pessoa ou a um pequeno grupo de pessoas, que apresenta concentração e caráter ilimitado do poder.
  - III. Governo ditatorial que não é refreado pela lei, pois coloca-se acima dela, modificando-a de acordo com sua vontade.
  - IV. Ditadura é toda classe dos regimes não democráticos, especificamente, os modernos.
- Selecione a alternativa correta.
- a) I, III e IV estão corretas.
  - b) I e IV estão corretas.
  - c) I e III estão corretas.
  - d) II, III e IV estão corretas.

7. (Enem 2016) A democracia deliberativa afirma que as partes do conflito político devem deliberar entre si e, por meio de argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou delas se beneficia.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 13. jan.-abr. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente,

- a) a decisão da maioria e a uniformização de direitos.
- b) a organização de eleições e o movimento anarquista.
- c) a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.
- d) a fragmentação da participação e a desobediência civil.
- e) a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.

8. (Enem PPL 2016) A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas em nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou “treinamento social” precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e as qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria democrática participativa é, portanto, educativa.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Nessa teoria, a associação entre participação e educação tem como fundamento a

- a) ascensão das camadas populares.
- b) organização do sistema partidário.
- c) eficiência da gestão pública.
- d) ampliação da cidadania ativa.
- e) legitimidade do processo legislativo.